

25

REPRESENTAÇÃO N.º , DE 2014

Apresenta, com base no art. 55, inciso II e § 2.º da Constituição Federal e art. 4.º, incisos II e VI, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados – Resolução n.º 25, de 2001, e em matérias jornalísticas relativas a investigações da Polícia Federal que culminaram com a deflagração da operação “Lava Jato”, representação em desfavor do Deputado Federal ANDRÉ VARGAS, do Partido dos Trabalhadores.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

O **Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**, o **DEMOCRATAS – DEM** e o **PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS**, partidos políticos devidamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral, com sede nesta cidade de Brasília/DF e representação no Congresso Nacional, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados, infra-assinados, oferecer a anexa **Representação para Apuração de Procedimentos Incompatíveis com o Decoro Parlamentar** em desfavor do Senhor **André Vargas**, brasileiro, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-PR), requerendo seja ela recebida e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, conforme determina o § 3.º do art. 9.º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados – Resolução n.º 25, de 2001.

Termos em que,

P. e E. deferimento.

07 ABR. 2014

Brasília/DF, em 07 de abril de 2014.


GUSTAVO KANFFER
OAB/DF nº 20.839


CARLOS BASTIDE HORBACH
OAB/DF nº 19.058


JOSÉ REGIS BARROS CAVALCANTI
OAB-AL 2412

4553
grau de
Extensão

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

○ **PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB**, o **DEMOCRATAS – DEM** e o **PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS**, partidos políticos devidamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral, com sede nesta cidade de Brasília/DF e representação no Congresso Nacional, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados, infra-assinados, oferecer

**REPRESENTAÇÃO PARA APURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INCOMPATÍVEIS
COM O DECORO PARLAMENTAR**

em desfavor do Senhor **André Vargas**, brasileiro, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-PR), com base nos substratos fáticos e jurídicos a seguir elencados:

I. DOS FATOS

Conforme foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira nos últimos dias (notícias anexas), no início do mês de janeiro de 2014, o Deputado André Vargas solicitou a Alberto Youssef a disponibilização de uma aeronave para que se deslocasse, juntamente com membros de sua família, de Londrina, no Estado do Paraná, à cidade de João Pessoa, na Paraíba, em viagem de férias.



Alberto Youssef, como é de conhecimento público, foi preso pela Polícia Federal no curso da operação “Lava Jato”, que investiga um suposto esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado aproximadamente R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

De acordo com documentos da investigação acessados pelo jornal *Folha de São Paulo*, numa troca de mensagens entre o Deputado André Vargas e Alberto Youssef, verificou-se que este agendou o voo, em jato particular fretado, para a data de 03 de janeiro do ano em curso, com decolagem prevista para as 6h30min.

Após acertar a partida, Alberto Youssef escreveu ao Deputado André Vargas, afirmando estar “tudo certo para amanhã”. Acrescentou, em seguida: “boa viagem se (sic) boas férias”.

Indagado sobre os fatos, o Deputado André Vargas informou, segundo a *Folha*, que “conhece o doleiro há mais de 20 anos” e que “pediu o avião porque voos comerciais estavam muito caros no período, mas que pagou o combustível”.

Disse, além disso, não ter conhecimento se o avião que utilizou é de Alberto Youssef e tentou justificar o pedido sustentando que “ele foi dono de hangar e eu perguntei se ele conhecia alguém com avião”.

O Deputado André Vargas concluiu afirmando ter cometido uma “imprudência”, de vez que “não sabia com quem” estava se relacionando. Ato contínuo, frisou: “não tenho nenhuma relação com os crimes que ele eventualmente cometeu”.

De acordo com o que apontou a reportagem publicada pela *Folha*, em outra troca de mensagens interceptada pela Polícia Federal, o Deputado André Vargas e Alberto Youssef discutiram sobre um assunto do interesse do último no Ministério da Saúde, que teria sido tratado com o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de aludido Ministério, Carlos Gadelha.

Segundo a reportagem, as tratativas entre o Deputado André Vargas e Youssef diziam respeito à empresa Labogen que, para a Polícia Federal, teria sido utilizada por Youssef para fazer remessas ilegais de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares) ao exterior, muito embora sua folha de pagamento seja de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) mensais.

Aparenta a *Folha* que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, foi identificada uma conversa em que o Deputado André Vargas afirma que “a reunião com Gadelha foi boa demais” e, em momento posterior, disse que “Gadha” – referindo-se possivelmente a Gadelha – “garantiu que vai nos ajudar”.

O Deputado André Vargas negou que tivesse contato com Gadelha. Informou, inicialmente, que Alberto Youssef havia o procurado para “saber como funcionavam parcerias com o ministério”, já que tinha interesse em recuperar uma farmoquímica.

A respeito da mensagem, o Deputado André Vargas disse lembrar-se de haver encontrado um representante de Alberto Youssef, que não se recordava o nome, no aeroporto, e que este relatou que teria tido uma boa reunião com Gadelha.

Horas após a publicação das primeiras reportagens a respeito do assunto, a edição digital da revista *Veja* publicou notícia com o seguinte teor:

“Quando fretou um avião particular para as férias do vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), o doleiro Alberto Youssef não estava fazendo apenas um favor para um político influente no governo da presidente Dilma Rousseff. Vargas era mais do que isso para o doleiro. Ambos tratavam-se como irmãos. Nas conversas interceptadas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Lava Jato, o deputado petista não esconde a euforia ao agradecer Youssef pelo aluguel do jato: “Valeu irmão.” Um verdadeiro presente de irmão mesmo. Documentos obtidos por VEJA revelam que o aluguel do Learjet 45, fretado para transportar a família do petista de Londrina (PR) a João Pessoa, na Paraíba, custou 100.000 reais.

(...) Pivô de um esquema de lavagem de dinheiro que pode ter movimentado até 10 bilhões de reais, o doleiro Alberto Youssef é um antigo conhecido de André Vargas. Como VEJA revela na edição desta semana, Vargas e Youssef moram na mesma cidade, Londrina, se conhecem há vinte anos e, nos últimos anos, com a chegada de André Vargas a cargos importantes no Congresso, conversavam rotineiramente sobre negócios variados. “Ele

me procurava para avaliar investimentos, colher informações, trocar ideias”, disse Vargas na semana passada. Nessa “troca de informações” entrariam dados valiosos sobre o programa Minha Casa, Minha Vida – cujo relator foi justamente André Vargas, na Câmara – e negócios do doleiro no Ministério da Saúde. (...) (grifou-se)”

Pouco depois, em nova reportagem, denominada “PF aponta sociedade entre André Vargas e doleiro preso”, a versão *online* da revista *Veja* informou que, nas quase cinquenta mensagens registradas pela Polícia Federal, o Deputado André Vargas “recebe orientações do doleiro, combina reuniões com Youssef e chega a passar informações das conversas que ele, como parlamentar do PT, mantinha com integrantes do governo”.

Nas linhas seguintes, aludido órgão de imprensa menciona que, nas mensagens obtidas pela Polícia Federal, o Deputado André Vargas e Youssef tratam de “interesses do laboratório Labogen Química Fina e Biotecnologia no Ministério da Saúde” e que, conforme a revista havia revelado há duas semanas, “a Labogen é uma das empresas do esquema do doleiro”.

Neste sentido, prossegue a reportagem:

“(…) A Polícia Federal já descobriu que a empresa – que está no nome de um laranja de Youssef e é tudo menos um laboratório farmacêutico – já havia conseguido fechar uma parceria com o Ministério da Saúde pela qual receberia 150 milhões de reais em vendas de remédios para o governo. No dia 26 de fevereiro deste ano, Vargas escreve para Youssef: “Reunião com Gadelha foi boa demais... Ele garantiu que vai nos ajudar, que sabe da importância, e encaminhou reunião decisiva dia 18, mas pediu que entregássemos os medicamentos da primeira PDP (Parceria para o Desenvolvimento Produtivo) e concluíssemos Anvisa, boas práticas aqui em BSB”. O doleiro elogia o empenho de Vargas: “Que bom. Parabéns.” E diz que já estão prontos para a Anvisa. “Muito bom”, finaliza Vargas.

(…) Ainda segundo a PF, as negociações entre André Vargas e o doleiro no Ministério da Saúde eram realizadas a partir do secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Augusto Grabois Gadelha, e de Eduardo Jorge Valadares, diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, órgão do Ministério da Saúde. Além dos servidores, o próprio ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, atualmente pré-candidato petista ao governo de São Paulo, é citado nominalmente no inquérito da Polícia Federal justamente por ter assinado o contrato com o laboratório do doleiro.”

No discurso que proferiu no Plenário da Câmara dos Deputados na data de 02 de abril próximo passado, com o intuito de prestar esclarecimentos sobre o assunto, o Deputado André Vargas afirmou que conhece Alberto Youssef há vinte anos e que conhecia igualmente "(...) o processo pelo qual passou em que se transformou em testemunha do Ministério Público Federal em processo de lavagem de dinheiro".

Diversamente, afirmou não conhecer, "(...) até duas semanas atrás, no momento de sua prisão, o motivo pelo qual ele estava sendo investigado".

"No final do ano passado", agregou o Deputado André Vargas, "(...) fiando-me nessa relação de mais de 20 anos, procurei Alberto Youssef, porque ele havia sido proprietário de um hangar na minha cidade, pedindo para que ele viabilizasse uma aeronave para a minha viagem de início de ano, em troca do combustível".

Contudo, ao procurar Youssef para "viabilizar o pagamento do combustível", após o seu retorno à Londrina, que se deu no dia 15 de janeiro do corrente, o Deputado André Vargas não teria encontrado "meios" de assim proceder, uma vez que a aeronave "tinha sido locada", coisa que ele só teria descoberto, "com maior detalhe, agora, em função da ampla cobertura da mídia". Deve observar-se que a fala do Deputado André Vargas contraria a versão anteriormente apresentada por ele, no sentido de que teria efetivamente custeado o combustível do voo realizado entre Londrina e João Pessoa.

Muito embora tenha afirmado que Alberto Youssef seria um empresário de sua cidade que o havia procurado para apresentar uma "perspectiva de um laboratório para fazer uma parceria com o Ministério da Saúde", o Deputado André Vargas, num inequívoco ato falho, chegou a designá-lo como "o doleiro", conforme se deduz do trecho a seguir, de seu pronunciamento no Plenário da Câmara dos Deputados:

"(...) Vale dizer que, no processo de investigação de 10 bilhões, que, segundo a Polícia Federal envolveria — e não sei se envolve, há que se provar — o doleiro, nós estamos discutindo apenas duas coisas: o

avião e a Labogen” (grifou-se).

No mesmo pronunciamento, o Deputado André Vargas declarou expressamente: “nunca estive com Gadelha, nem com Eduardo Jorge, nem com os funcionários que estão lá, tampouco com qualquer funcionário do Ministério da Saúde. E nunca estive no Ministério da Saúde para tratar desse referido projeto”.

Contrariando a versão do Deputado, a assessoria do ex-Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assim se pronunciou com relação ao caso “Labogen”: “especificamente sobre o deputado André Vargas, o ministro o escutou sobre o assunto e, como sempre disse a qualquer outro parlamentar, a respeito de qualquer projeto, informou das regras e requisitos técnicos que qualquer projeto deve obedecer”.

O desmentido consta na reportagem “O plano era enriquecer”, veiculada pela revista *Veja* dessa semana (edição 2.368, ano 47, n.º 15, p. 54-59), que traz novas e estarrecedoras revelações a respeito da intermediação realizada pelo Deputado André Vargas no Ministério da Saúde com o fito de viabilizar a parceria entre o órgão e o laboratório Labogen Química Fina e Biotecnologia, cuja propriedade é atribuída à Alberto Youssef.

Eis, a esse respeito, expressivo trecho da reportagem:

“(…) Vice-presidente da Câmara e ‘muito influente no partido’, como ele mesmo se definiu na semana passada, Vargas era o homem certo no lugar certo para o esquema de corrupção. Foi desse ponto de observação privilegiado na estrutura do poder do PT que Vargas detectou no Ministério da Saúde uma excelente oportunidade de ganho para ele e o seu sócio doleiro, que, entre uma remessa ilegal de dólares e outra, também era, quem suspeitaria dessa vocação, dono de um laboratório farmacêutico. A mente criminosa da dupla planejou a parceria milionária entre o laboratório do doleiro, a Labogen Química Fina e Biotecnologia, e o Ministério da Saúde. Mas havia um problema, mesmo para um sócio ‘muito influente no partido’. Escondida sob o nome imponente, a Labogen não podia propriamente ser chamada de laboratório. Era um negócio de fachada, com uma folha de pagamentos que mal chegava a 30000 reais por mês. Isso seria um impedimento definitivo para empreendedores menos engenhosos – mas não para a dupla petista e doleiro. A saída óbvia seria conseguir se associar a um laboratório de verdade e, assim, dar à fraude uma aparência de legalidade. Afinal, estavam em jogo contratos de fornecimento de remédios para o

7



Ministério da Saúde da ordem de 150 milhões de reais. Uma das mensagens interceptadas pela Polícia Federal flagrou um momento mágico para a dupla: surgira o sócio que daria ares de honestidade ao golpe.

Em 19 de dezembro de 2013, Vargas e Youssef conversavam sobre o contrato, ainda em estudo pelo Ministério da Saúde. O deputado relata a Youssef seu encontro com um dos integrantes do esquema, Pedro Argese, da Labogen: “Estamos mais fortes agora. Vi documento com o Pedro. Ele estava no voo de volta de Brasília”. Argese informou que estava praticamente acertada a parceria com a SEM, gigante farmacêutico especializado em medicamentos genéricos. Vargas mal escondia a euforia: “Cara, estou trabalhando, fica tranquilo. Acredite em mim. Você vai ver quanto isso vai valer... Tua independência financeira e a nossa também, é claro...” Impressionantes a abnegação e a dedicação ao trabalho da dupla, cujas habilidades se completam. Pena que o objetivo de tanta eficiência seja o enriquecimento pessoal pela subtração de dinheiro público que poderia ser usado para tratar pacientes do SUS, melhorar as condições dos sofridos hospitais públicos ou aumentar a oferta de leitos. Em vez disso, Vargas, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, ‘muito influente no partido’, cuida de encher o próprio bolso e o do doleiro preso pela Polícia Federal.

No dia seguinte, 20 de setembro, as mensagens revelam que mesmo uma dupla tão trabalhadora encontra dificuldades. Diz Youssef: “Estou enforcado. Preciso de ajuda para captar... Tô no limite”. Vargas fala em um certo João Procópio, que, segundo a PF, também é da Labogen. Youssef responde de maneira cifrada: “Sim. Esteve com ele, marcou alguns lugares, mas não andou. São Bernardo um deles...”.

Diante da resposta, o homem ‘muito influente no partido’ diz, resoluto: “Vou atuar”. A máquina do governo andou em ritmo de Brasil grande. Naquele mesmo dia, técnicos do Ministério da Saúde foram destacados para certificar a Labogen.

- Youssef confirma: “Visita dos técnicos MS às 14h30. Te informo depois como foi”.
- Vargas: “Legal”.
- O doleiro: “Terminou a visita. Fomos bem. Temos que aguardar o relatório”.
- Vargas: “Vamos cobrar. Preciso do retorno sobre a estruturação”.

(...) O resultado de tanta energia canalizada para atender Vargas e o doleiro foi que o grupo logo fechou a primeira Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) no Ministério da Saúde. O responsável pelo processo foi o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Augusto Gadelha. Logo depois da assinatura – que contou com a presença do então ministro e candidato petista ao governo de São Paulo, Alexandre Padilha –, o homem da Labogen, Pedro Argese, mandou uma mensagem reproduzindo o que ouvira de Gadelha: “Ele falou: olha, informo a todos que, da minha parte, vamos dar todo apoio possível pra retomada da Labogen”. (...) O ‘apoio’ de Gadelha se materializou em um contrato inicial de 30 milhões de reais para a turma liderada pelo petista e pelo doleiro. (...)”

Em notícia veiculada no domingo, 6 de abril de 2014, a versão *online* da mesma revista *Veja* divulgou notícia dando conta da existência de mensagens interceptadas pela Polícia Federal na qual o Deputado André Vargas reclamava que “consultores” não estavam sendo remunerados, o que constituiria um “poderoso indício” da “existência de uma sociedade secreta entre o doleiro e o vice-presidente da Câmara”.

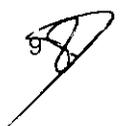
Vejam os trechos da troca de mensagens ocorrida em 19 de setembro de 2013 e veiculada pela revista:

“(...) ‘Sabe por que não pagam o Milton?’, questiona André Vargas. Youssef tenta tranquilizar o parceiro: ‘Calma, vai ser pago. Falei para você que iria cuidar disso’. Mas o vice-presidente da Câmara está impaciente. ‘Consultores que trabalham com ele há meses e não receberam’, diz Vargas. ‘Deixa que já vai receber’, garante Youssef.”

Pelo exposto, pode observar-se que a cada reportagem publicada novas luzes vão sendo lançadas sobre o caso e a relação entre o Deputado André Vargas e Alberto Youssef vai ganhando contornos cada vez menos republicanos.

Se é certo que o fato de se manter relações de amizade com um determinado indivíduo não implica necessariamente em participação nos negócios ilícitos que essa pessoa eventualmente desenvolva, deve-se ter em conta, na presente hipótese, que, conforme confirmou o próprio Deputado André Vargas, este solicitou e obteve de Alberto Youssef a “disponibilização” de aeronave para que se deslocasse de Londrina a João Pessoa, ao custo aproximado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), benesse que, por seu caráter incomum e pelo seu elevado valor, pode ser interpretada como recebimento de vantagem indevida, procedimento incompatível com o decoro parlamentar e punível com a perda do mandato, conforme preceitua o inciso II do art. 4.º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não se pode descurar, demais disso, que, nas trocas de mensagens entre o Deputado André Vargas e Alberto Youssef interceptadas pela Polícia Federal, estariam envolvidos, segundo noticiado por diversos órgãos da imprensa brasileira, como a revista *VEJA* – além das “avaliações de investimento” e “colheitas



de informações” confirmadas pelo Deputado –, “dados valiosos sobre o programa Minha Casa, Minha Vida – cujo relator foi justamente André Vargas, na Câmara – e negócios do doleiro no Ministério da Saúde”, conduta que pode ser interpretada como prática de irregularidades graves no desempenho do mandato, o que também constitui procedimento incompatível com o decoro parlamentar, punível com a perda do mandato, a teor do inciso VI, do art. 4.º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Vale salientar que, nada obstante o Deputado André Vargas tenha afirmado que nunca esteve “com Gadelha, nem com Eduardo Jorge, nem com os funcionários que estão lá, tampouco com qualquer funcionário do Ministério da Saúde” ou na sede do Ministério da Saúde para tratar do projeto “Labogen”, o próprio Alexandre Padilha, que titularizava o órgão na ocasião em que ocorreram as tratativas para que fosse firmada a parceria, confirmou, em nota emitida por sua assessoria, que conversou sobre o assunto com o Deputado André Vargas.

A agravar o quadro está o fato de o próprio Deputado, que afirmou “conhecer” Alberto Youssef há mais de vinte anos, ter se referido a ele, inadvertidamente, como “o doleiro”, em trecho do discurso que proferiu no Plenário da Câmara dos Deputados, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre os fatos.

II. DO DIREITO

As gravíssimas denúncias anteriormente mencionadas, além de constituírem indícios de prática de atos ilícitos pelo Deputado André Vargas, ora representado, caracterizam-se, por si sós, como atitudes que desprestigiam a Câmara dos Deputados e seus Pares, prejudicando a já combalida imagem dessa Casa Legislativa e do Congresso Nacional como um todo.

Como representantes diretos do povo, são deveres fundamentais dos Deputados Federais, dentre outros, os de zelar pelo prestígio, pelo aprimoramento e pela valorização das instituições democráticas e representativas e de exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com

boa-fé, zelo e probidade, conforme preceitua o respectivo Código de Ética.

Ao Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados compete atuar no sentido de preservar a dignidade do mandato parlamentar na Casa, instaurando, quando cabível, o competente processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução.

Na hipótese vertente, está clara a solicitação e percepção de vantagem indevida pelo Representado, materializada no pagamento, por Alberto Youssef, do fretamento de jato particular para que o Deputado André Vargas se deslocasse, juntamente com sua família, de Londrina, no Paraná à cidade de João Pessoa, na Paraíba, ao custo aproximado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A intermediação da negociação realizada no âmbito do Ministério da Saúde, envolvendo laboratório farmacêutico – confirmada em nota emitida pelo ex-Ministro Alexandre Padilha –, bem como o eventual fornecimento de informações privilegiadas a respeito do Programa “Minha Casa, Minha Vida” mencionado pela revista *VEJA*, programa social cuja lei instituidora foi de relatoria do Representado, caso comprovado, configuram, por sua vez, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato, na medida em que tais informações e o eventual acesso privilegiado a autoridades do Ministério da Saúde foram conseguidas apenas e tão somente em função do exercício do mandato de Deputado Federal.

Dessarte, considerando presentes os elementos aptos a justificarem a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar junto a esse Conselho de Ética e Decoro, se requer:

1. O recebimento da presente Representação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a competente instauração do Processo Disciplinar, ante a suposta quebra de decoro parlamentar pelo Deputado André Vargas, com a designação de seu relator;
2. A notificação do Representado para, querendo, apresentar sua defesa, no prazo regimental;

3. Sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;

4. A oitiva de testemunhas e demais pessoas envolvidas, e, em especial, a oitiva do Sr. Alberto Youssef;

5. Sejam solicitadas à Polícia Federal, nos termos do art. 14, 4.º, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, as provas que envolvam o Representado;

6. Ao final, a procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário da Câmara dos Deputados das sanções cabíveis.

Em tempo, o DEMOCRATAS requer a juntada posterior do instrumento de mandato.

Termos em que,
P. e E. deferimento.

Brasília/DF, 07 de abril de 2014.


GUSTAVO KANFFER
OAB/DF nº 20.839


CARLOS BASTIDE HORBACH
OAB/DF nº 19.058


JOSÉ REGIS BARROS CAVALCANTI
OAB-AL 2412

ANEXO
NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

Folha

“Vice da Câmara viajou em avião emprestado por doleiro preso

ANDRÉIA SADI
DE BRASÍLIA

01/04/2014 03h57

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1433952-vice-da-camara-viajou-em-aviao-emprestado-por-doleiro-preso.shtml>

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), pegou emprestado um avião com o doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava a Jato, da Polícia Federal, que apura esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões em operações suspeitas.

A viagem a João Pessoa, na Paraíba, foi discutida em uma conversa entre os dois por um serviço de mensagem de texto, no dia 2 de janeiro, segundo documentos da investigação da PF aos quais a **Folha** teve acesso.

De acordo com a troca de mensagens de um aplicativo chamado "BBM", Youssef agendou voo em jato particular para Vargas às 6h30 em avião de prefixo PR-BFM.

Pedro Ladeira/Sérgio Lima/Folhapress



O vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PT), e o doleiro Alberto Youssef

"Tudo certo para amanhã", diz mensagem originada pelo celular do doleiro. Não fica claro se o avião pertence a ele.

"Boa viagem se (sic) boas férias", acrescenta. Procurado pela **Folha**, Vargas disse que conhece o doleiro há mais de 20 anos e que pediu o avião porque voos comerciais estavam muito caros no período, mas que pagou o combustível.

"Não sei se o avião é dele, ele foi dono de hangar e eu perguntei se ele conhecia alguém com avião", disse o petista. Apesar disso, Vargas diz ter cometido uma "imprudência". "Eu não sabia com quem eu estava me relacionando. Não tenho nenhuma relação com os crimes que ele eventualmente cometeu."

O petista integra a ala do partido mais ligada ao ex-presidente Lula e se destacou nos últimos meses pela defesa dos colegas condenados no processo do mensalão.

Na sessão de reabertura do Congresso, em fevereiro, ele chegou a provocar o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa –que estava sentado ao seu lado–, erguendo o punho cerrado. O gesto foi usado por petistas ao se entregarem à polícia.

Em outra conversa, Vargas e Youssef discutem, segundo a PF, um assunto de interesse do doleiro no Ministério da Saúde. A transcrição não deixa claro que assunto seria esse, mas indica que ele teria sido tratado com o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Gadelha.

A empresa citada é a Labogen, cuja folha de pagamento é de R\$ 28 mil mensais e que, segundo a Operação Lava a Jato, que prendeu o doleiro, teria sido usada por Youssef para fazer remessas ilegais de US\$ 37 milhões ao exterior.

O relatório de análise da PF identificou uma conversa onde Vargas diz que "a reunião com Gadelha foi boa demais". "Em outro momento, diz que 'Gadha' –possivelmente referindo-se a Gadelha– 'garantiu que vai nos ajudar'."

Vargas nega contato com Gadelha. Ele diz que Youssef o procurou para saber como funcionavam parcerias com o ministério. Segundo ele, Youssef e um grupo de investidores estavam tentando recuperar uma farmoquímica.

Sobre a mensagem, ele diz lembrar de ter encontrado um representante de Youssef no aeroporto, que não se recorda do nome, e que este o relatou que teria tido uma boa reunião com Gadelha.

O Ministério da Saúde diz que Gadelha nunca recebeu o deputado em audiência e nem tratou com ele do contrato citado na investigação da PF. **AFolha** não localizou ontem o advogado do doleiro."

G1

“01/04/2014 08h38 - Atualizado em 01/04/2014 10h23

Vice-presidente da Câmara viajou em avião emprestado por doleiro preso

André Vargas (PT-PR) afirmou que conhece o doleiro há cerca de 20 anos.

Alberto Yousseff foi preso na operação Lava Jato, da Polícia Federal.

Do G1, em Brasília

O vice-presidente da Câmara, deputado André Vargas (PT-PR), viajou no início do ano em um avião emprestado pelo doleiro Alberto Yousseff, preso em março pela Polícia Federal na operação Lava Jato. A informação foi publicada nesta terça-feira (1º) pelo jornal "Folha de S.Paulo".

A assessoria do deputado confirmou a viagem. Em nota, André Vargas disse que tem relação com Yousseff há 20 anos. Os dois se conhecem de Londrina, no Paraná.

"Estranho o vazamento seletivo de mensagens pessoais. Onde se tenta confundir com alguma ilegalidade, uma relação de 20 anos, de moradores de uma mesma cidade", diz a nota.

A operação Lava Jato tem como um esquema de lavagem de dinheiro. De acordo com a PF, os recursos investigados chegam a R\$ 10 bilhões. Foram executados mandados de prisão em Curitiba e outras 16 cidades do Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Yousseff é apontado pela PF como um dos líderes do esquema.

De acordo com a reportagem da "Folha", o empréstimo do avião para viagem a João Pessoa foi acertado entre Vargas e Yousseff por mensagem de celular no dia 2 de janeiro.

"Tudo certo para amanhã", dizia mensagem do celular do doleiro para Vargas. "Boa viagem se (sic) boas férias", completa.

Na reportagem, Vargas diz que não sabia se o avião era de Yousseff. O deputado explicou que perguntou a Yousseff se sabia de algum avião para emprestar porque o doleiro já havia tido um hangar. "Não tenho nenhuma relação com os crimes que ele eventualmente cometeu", disse o deputado ao jornal.

Vargas também afirmou à "Folha" que pediu o avião emprestado porque as passagens comerciais estavam caras e que ele pagou pelo combustível.

Ministério da Saúde

Ainda segundo a "Folha de S.Paulo", em outra conversa de celular Vargas e Yousseff discutem um assunto, que, de acordo com a PF, seria de interesse do doleiro no Ministério da Saúde. A reportagem diz que a transcrição da conversa não deixa claro qual assunto seria o assunto, mas indica que o tema tenha sido tratado com o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Gadelha.

Na conversa, segundo a reportagem, é citada a empresa Labogen, investigada na Lava Jato. Ainda de acordo com o jornal, relatório da Polícia Federal mostra que, em dado momento, Vargas diz que "a reunião com Gadelha foi boa demais". Depois, diz que "Gadha garantiu que vai nos ajudar".

Ao jornal, Vargas negou contato com Gadelha. Disse que Yousseff o procurou para saber como funcionavam parcerias com o ministério. Segundo ele explicou à "Folha", Yousseff e um grupo de investidores estavam tentando recuperar uma farmoquímica."¹

VEJA

"Investigação

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/vice-presidente-da-camara-viajou-em-aviao-emprestado-por-doleiro-presc.html>.

Presente de doleiro a André Vargas custou R\$ 100 mil

Em mensagens interceptadas pela Polícia Federal, vice-presidente da Câmara trata Alberto Youssef como “irmão”; “Se eu soubesse que ele estava sendo investigado de novo, não teria falado com ele”, diz Vargas

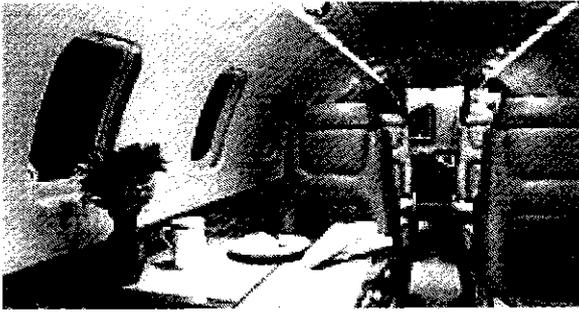
Robson Bonin, de
Brasília



PRESENTE - O deputado petista André Vargas, em férias, na Paraíba (Reprodução/Facebook)

Quando fretou um avião particular para as férias do vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), o doleiro Alberto Youssef não estava fazendo apenas um favor para um político influente no governo da presidente Dilma Rousseff. Vargas era mais do que isso para o doleiro. Ambos tratavam-se como irmãos. Nas conversas interceptadas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Lava Jato, o deputado petista não esconde a euforia ao agradecer Youssef pelo aluguel do jato: “Valeu irmão.” Um verdadeiro presente de irmão mesmo. Documentos obtidos por VEJA revelam que o aluguel do Learjet 45, fretado para transportar a família do petista de Londrina (PR) a João Pessoa, na Paraíba, custou 100.000 reais.

2016/07/14



Jatinho fretado pelo doceiro Alberto Youssef

Pivô de um esquema de lavagem de dinheiro que pode ter movimentado até 10 bilhões de reais, o doleiro Alberto Youssef é um antigo conhecido de André Vargas. Como VEJA revela na edição desta semana, Vargas e Youssef moram na mesma cidade, Londrina, se conhecem há vinte anos e, nos últimos anos, com a chegada de André Vargas a cargos importantes no Congresso, conversavam rotineiramente sobre negócios variados. “Ele me procurava para avaliar investimentos, colher informações, trocar ideias”, disse Vargas na semana passada. Nessa “troca de informações” entrariam dados valiosos sobre o programa Minha Casa, Minha Vida – cujo relator foi justamente André Vargas, na Câmara – e negócios do doleiro no Ministério da Saúde.

Foi interceptando o telefone BlackBerry, o mesmo modelo utilizado por André Vargas, que a Polícia Federal estabeleceu o vínculo do doleiro com o deputado petista. No dia 2 de janeiro, véspera da viagem de férias da família, Vargas e Youssef trocaram vinte mensagens sobre o avião. “Tudo certo para amanhã. Daqui a pouco te passo o tel do comandante... Duração do voo: 3h45 minutos, João Pessoa, Paraíba”, avisa Youssef a Vargas. “Tem o telefone da América?”, pergunta o deputado, referindo-se ao hangar aonde o avião chegaria. “Da América, não. Mas é só buzinar no portão que eles abrem”, orientou o doleiro. “Valeu irmão”, devolveu Vargas. “Boa viagem e boas férias abs (sic)”, responde Youssef.

A proprietária do jato disponibilizado por Youssef ao vice-presidente da Câmara é a Elite Aviation, uma empresa de taxi aéreo de Salvador, na Bahia. O dono da empresa, Bernardo Tosto, conta que o voo de André Vargas foi acertado diretamente com uma agência de São Paulo, que intermediou o contrato com o cliente no Paraná. “Eu não sei nem quem é esse doleiro e esse deputado. Não gosto da política brasileira e não trabalho com isso. Eu fretei o avião para uma empresa de agenciamento de voos. Não preciso saber quem entra no avião. Só tenho que saber que o dinheiro é lícito”, diz Bernardo, que confirmou os valores pagos pelo fretamento da aeronave, mas não quis revelar o nome da agência que intermediou o contrato. Jatos luxuosos como o disponibilizado ao petista costumam vir acompanhados com mimos a bordo, como bebidas caras, chocolates e até pratos sofisticados. A empresa nega, no entanto, que o voo de André Vargas e sua família, com duração de 3 horas e 45 minutos, tenha contado com tais mordomias.

Na sexta-feira, quando foi ouvido por VEJA, André Vargas negava ter obtido qualquer vantagem a partir da amizade com o doleiro. Na verdade, nem a relação de proximidade o deputado confirmava: “Amizade é uma palavra sagrada. Não dá para dizer que ele é meu amigo. É no máximo um conhecido corriqueiro. Eu tinha ele como um cidadão comum, que tinha passado por problemas como outros passaram. Posso ter incorrido em alguma coisa imprópria, mas eram apenas conversas, nada ilegal. Se eu soubesse que ele estava sendo investigado de novo eu não teria falado com ele”, disse Vargas. Questionado se o doleiro havia providenciado um avião para sua viagem, André Vargas despistou: “Esse negócio de

avião quem está espalhando é o deputado Fernando Francischini, mas não existe isso.” Hoje, porém, ao jornal *Folha de S.Paulo*, que revelou a viagem de Vargas, o deputado mudou o discurso. Disse que pediu o avião porque os voos comerciais estavam muito caros no período. “Não sei se o avião é dele, ele foi dono de hangar e eu perguntei se ele conhecia alguém com avião”, disse o petista.

ID: 52492
Pacote: BRRCR-130823-004_155-2013_20140103001159.zip
Data / Hora: 02/01/2014 22:03:23
Direção: Recebida
Alvo: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Contato: André Vargas(André Vargas) - 2831dd51
Mensagem: Valeu irmao

ID: 52493
Pacote: BRRCR-130823-004_155-2013_20140103001159.zip
Data / Hora: 02/01/2014 22:04:00
Direção: Originada
Alvo: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Contato: André Vargas(André Vargas) - 2831dd51
Mensagem: Prefixo do aviao PR BFM

Trechos digitalizados²

VEJA

01/04/2014 - 17:20

“Investigação

PF aponta sociedade entre André Vargas e doleiro preso

O deputado André Vargas atuava como espécie de lobista do doleiro Alberto Youssef, “exercendo influência” no governo, de acordo com relatório da PF

Robson Bonin, de Brasília

² Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/presente-do-doleiro-a-andre-vargas-custou-100-000-reais>.

Nas conversas interceptadas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef e o vice-presidente da Câmara, André Vargas, demonstram ter muito mais do que uma relação de amizade. Em quase cinquenta mensagens registradas pela PF, Vargas recebe orientações do doleiro, combina reuniões com Youssef e chega a passar informações das conversas que ele, como parlamentar do PT, mantinha com integrantes do governo. Como é natural nesses diálogos nem sempre edificantes flagrados pela polícia, Vargas e Youssef adotam a precaução de conversar em códigos. Para Polícia Federal, no entanto, os registros colhidos na operação mostram que Vargas faz parte de projetos de Youssef e usa sua influência no governo em benefício do parceiro.

Nas mensagens obtidas pela polícia, Vargas e Youssef tratam de interesses do laboratório Labogen Química Fina e Biotecnologia no Ministério da Saúde. Como VEJA revelou há duas semanas, a Labogen é uma das empresas do esquema do doleiro. A Polícia Federal já descobriu que a empresa – que está no nome de um laranja de Youssef e é tudo menos um laboratório farmacêutico – já havia conseguido fechar uma parceria com o Ministério da Saúde pela qual receberia 150 milhões de reais em vendas de remédios para o governo. No dia 26 de fevereiro deste ano, Vargas escreve para Youssef: “Reunião com Gadelha foi boa demais... Ele garantiu que vai nos ajudar, que sabe da importância, e encaminhou reunião decisiva dia 18, mas pediu que entregássemos os medicamentos da primeira PDP (Parceria para o Desenvolvimento Produtivo) e concluíssemos Anvisa, boas práticas aqui em BSB”. O doleiro elogia o empenho de Vargas: “Que bom. Parabéns.” E diz que já estão prontos para a Anvisa. “Muito bom”, finaliza Vargas.

Para a Polícia Federal os termos da conversa não deixam dúvidas: “Os indícios presentes nesta conversa apontam que o interlocutor não identificado (André Vargas) faz parte do projeto da Labogen junto ao Ministério da Saúde, e possivelmente atua exercendo influência junto aos responsáveis pela contratação do governo.” Falando sempre em códigos, André Vargas e o doleiro falam da necessidade de marcar uma reunião com um interlocutor identificado por Vargas pelas iniciais “PP”. Aparece na conversa também o nome de um certo “Marcos”.

No dia 7 de março, outra conversa chama atenção dos investigadores. Até então, os agentes da Polícia Federal consideravam a possibilidade de André Vargas ser apenas um homônimo do vice-presidente da Câmara. As evidências de que se trata mesmo do deputado federal petista aparecem quando o próprio Vargas combina um encontro com Youssef: “Quer fazer eu, você e Marcos segunda de noite em Brasília (sic)?”, pergunta o doleiro. “Tenho reunião com deputados. PP falou de fazermos na quinta”, responde André Vargas. “A partir dessa afirmação, ficam contundentes os indícios de que o interlocutor possui contatos no Congresso, pois tem marcada uma reunião com deputados, provavelmente em Brasília”, registra a PF no relatório.

Ainda segundo a PF, as negociações entre André Vargas e o doleiro no Ministério da Saúde foram realizadas a partir do secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Augusto Grabois Gadelha, e de Eduardo Jorge Valadares, diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, órgão do Ministério da Saúde. Além dos servidores, o próprio ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, atualmente pré-candidato petista ao governo de São Paulo, é citado nominalmente no inquérito da Polícia Federal justamente por ter assinado o contrato com o laboratório do doleiro.

Ao jornal *Folha de S.Paulo*, que revelou parte das conversas hoje, Vargas negou qualquer contato com os servidores citados pela Polícia Federal. Na semana passada, porém, o vice-presidente da Câmara também negava ter participado de qualquer reunião com o doleiro em Brasília ou intermediado qualquer interesse de Youssef. “Eu só conversava com o Youssef em Londrina, no aeroporto ou num posto de gasolina. Como eu sou um cara que tenho muita influência no partido do governo, ele queria saber o que estava acontecendo na política, na economia. Ele queria saber dos cenários econômicos, políticos e eu só dava os meus pitacos”, disse Vargas. Com o lobby e as reuniões de Vargas em favor do doleiro escancaradas, tem-se agora a demonstração do que pode estar por trás de um simples “pitaco”.³

VEJA

“Brasil

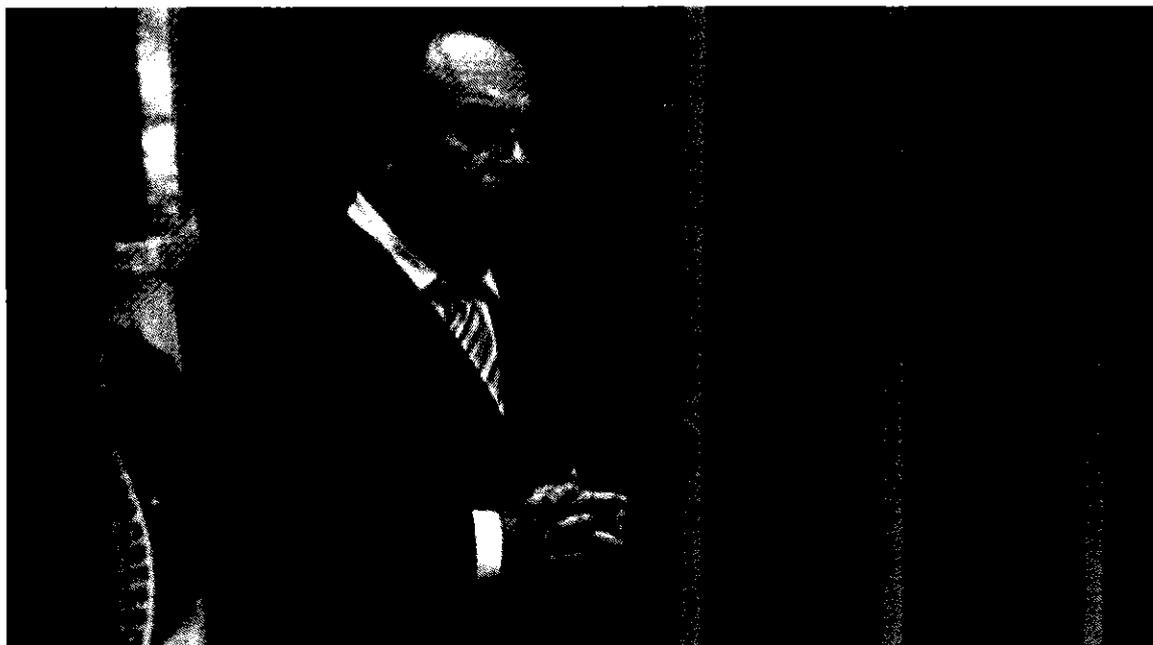
06/04/2014 - 10:29

Corrupção

Mensagens revelam cobrança de André Vargas a doleiro preso pela PF

Petista reclama com Alberto Youssef que ‘consultores’ não estavam recebendo. ‘Calma, vai ser pago. Falei para você que iria cuidar disso’, responde doleiro

Rabson Benin, de Brasília



André Vargas discursa no Congresso. Oposição quer petista fora da vice-presidência da Câmara

Exemplo de entrosamento e cumplicidade, a parceria nascida da amizade de vinte anos entre o vice-presidente da Câmara, André Vargas, e o doleiro paranaense Alberto Youssef era marcada por muitos momentos felizes. Como revela reportagem de VEJA desta semana, para além das viagens de jatinho nas férias, a dupla tinha planos bem ambiciosos. O deputado petista e o doleiro trabalhavam para enriquecer juntos e conquistar a ‘independência financeira’ a partir de contratos fraudulentos com o governo federal. Mas, como acontece nas relações em que há muito dinheiro

³ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pf-aponta-sociedade-entre-andre-vargas-e-doleiro-presos>.

envolvido, desentendimentos e cobranças também eram comuns. Um novo conjunto de mensagens de celular interceptadas pela Polícia Federal na Operação Lava Jato mostra que André Vargas não passava apenas informações do governo ao doleiro. Ele também exercia seu poder para cobrar compromissos de Youssef.

No dia 19 de setembro de 2013, o vice-presidente da Câmara reclama com o doleiro por causa da falta de pagamentos a certos 'consultores'. 'Sabe por que não pagam o Milton?', questiona André Vargas. Youssef tenta tranquilizar o parceiro: 'Calma, vai ser pago. Falei para você que iria cuidar disso.' Mas o vice-presidente da Câmara está impaciente. 'Consultores que trabalham com ele há meses e não receberam', diz Vargas. 'Deixa que já vai receber', garante Youssef. O hábito da dupla de trocar mensagens de celular cifradas não permite que seja identificada a origem desses 'consultores' defendidos por Vargas. Mas a conversa é mais um poderoso indício colhido pela Polícia Federal para reforçar a existência de uma sociedade secreta entre o doleiro e vice-presidente da Câmara.

Segundo VEJA revelou na semana passada, a PF já descobriu que Vargas usava sua influência no governo em benefício do parceiro. Nas primeiras mensagens obtidas pela polícia, Vargas e Youssef tratavam de interesses do laboratório Labogen Química Fina e Biotecnologia no Ministério da Saúde. A Labogen é uma das empresas do esquema do doleiro. De acordo com as investigações da PF, a empresa, que está no nome de um laranja de Youssef - e é tudo menos um laboratório farmacêutico -, já havia conseguido fechar uma parceria com o Ministério da Saúde pela qual poderia receber até 150 milhões de reais em vendas de medicamentos.

Na semana passada, o jornal *Folha de S.Paulo* revelou que o deputado petista voou de férias com a família em um jato particular pago pelo doleiro. <http://www.folha.com.br/coluna/veja/2013/09/13-09-2013-01.shtml>. Por causa dessa revelação, André Vargas usou a tribuna da Câmara para pedir desculpas aos colegas e à família. Ele também negou qualquer envolvimento na operação do Ministério da Saúde, mas foi prontamente desmentido pelo ex-ministro Alexandre Padilha, que admitiu ter sido procurado por Vargas para tratar dos interesses do laboratório do doleiro. Diante das novas revelações feitas por VEJA, os partidos de oposição na Câmara já anunciaram que irão pedir a abertura de processo contra André Vargas.

'Agora não basta mais discurso, tem que ter um gesto. E esse gesto principal é de se licenciar do cargo para dar condições plenas de a Mesa Diretora avaliar com isenção essas denúncias que o colocam em uma situação muito difícil', afirmou o líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), referindo-se ao fato de que Vargas, por ser o vice-presidente da Câmara, integra a diretoria da Casa. 'É óbvia essa relação promíscua e que o doleiro é operador de um dinheiro público desviado para o partido e para o deputado. O André Vargas é de confiança de Dilma e de Lula. Tomara que ele não siga essa cartilha do PT de dizer que não sabe de nada e que não cometeu nenhum crime. A primeira atitude que ele tem de tomar é se afastar da

vice-presidência. Depois, renunciar', completa o vice-líder do PSDB, deputado Nilson Leitão (MT).

Com as novas denúncias contra o petista, a oposição vai ampliar os argumentos para solicitar que a Câmara o investigue. Embora a Secretaria-Geral tenha rejeitado o pedido do PSOL para que a Corregedoria avaliasse o caso do jatinho, o partido planeja incluir as novas revelações no parecer para insistir no pedido de investigação. 'Quero uma posição definitiva da Mesa. Justamente porque ele é vice-presidente a diretoria tem de se pronunciar formalmente. É um constrangimento, neste momento, dizer que não há nada', afirmou o líder Ivan Valente (PSOL-SP). Em uma segunda investida para que o caso seja apurado, o DEM e o PSDB vão acionar o Conselho de Ética no início da próxima semana. 'Nós já tínhamos indicações claras de quebra de decoro com a viagem no jatinho. Agora, a situação assume uma nova dimensão e a gravidade das ocorrências vai ser incluída na representação', disse o líder do PSDB, Antônio Imbassahy (BA). 'As versão foram sendo mudadas no curso das notícias e o deputado está em uma situação cada vez mais complicada', continuou o líder do DEM, Mendonça Filho (PE)."⁴

⁴ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/mensagens-revelam-cobranca-de-andre-vargas-a-doleiro-presos-pela-pf>.

**DISCURSO DO DEPUTADO ANDRÉ VARGAS
(PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – 02/04/2014)**

Discursos e Notas Taquigráficas



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 074.4.54.O

Hora: 18h2

Fase: OD

Orador: AFONSO FLORENCE

Data: 02/04/2014

(...) **O SR. ANDRÉ VARGAS** (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves — com muito orgulho ocupo vaga na Mesa Diretora ao lado de V.Exa. e de todos os companheiros —, Srs. e Sras. Parlamentares, colegas de trabalho, aqueles que nos veem pela *TV Câmara* e os que nos ouvem pela *Rádio Câmara*, meus amigos e amigos do Paraná, muito especialmente meus familiares que me assistem nesta hora, há alguns que entendem que a melhor defesa é o ataque. Eu sou daqueles que entendem que a melhor defesa é a defesa.

O homem público tem, por obrigação, que apresentar as justificativas para os questionamentos apresentados sobre a sua vida, inclusive a vida privada, mas, muito especialmente, para a vida pública.

Conheço Alberto Youssef há 20 anos, em Londrina. Ele é hoje proprietário do maior hotel da minha cidade. Conheço — conheço — o processo pelo qual passou, em que se transformou em testemunha do Ministério Público Federal em processo de lavagem de dinheiro. Não conheço — não conhecia, até 2 semanas atrás, no momento de sua prisão — o motivo pelo qual ele estava sendo investigado.

No final do ano passado, fiando-me nessa relação de mais de 20 anos, procurei Alberto Youssef, porque ele havia sido proprietário de um hangar na minha cidade, pedindo para que ele viabilizasse uma aeronave para a minha viagem de início de ano, em troca do combustível. No dia 3 viajei, e viajei com minha família. No dia 15 voltei com a minha família. Quando o procurei para viabilizar o pagamento do combustível, não encontrei meios, porque eu não sabia que a aeronave tinha sido locada, coisa que descobri com maior detalhe agora, em função da ampla cobertura da mídia.

Vale dizer que, no processo de investigação de 10 bilhões de reais, que, segundo a Polícia Federal, envolveria — e não sei se envolve, há que se provar — o doleiro, nós estamos discutindo apenas duas coisas: o avião e a LABOGEN.

Nós sabemos — Parlamentar há 7 anos, caminhando para o oitavo, estamos no oitavo —, assim como muitos homens experientes aqui da nossa Casa, homens e mulheres, que nós recebemos aqui Prefeitos procurando verbas e orientação em relação aos programas do Governo e outras orientações; recebemos presidentes de sindicatos procurando planos de cargos e salários, reajuste salarial, regulamentação da carreira; e recebemos empresários que apresentam projetos que entendam ser bons para a Nação. Isso eu não posso generalizar, mas ocorre comumente com todos nós Parlamentares. Assim ocorreu comigo também.

Procurado por um empresário da cidade, da minha cidade, que havia apresentado uma perspectiva de um laboratório para fazer uma parceria com o Ministério da Saúde — fiz como fiz em vários outros momentos, com outros empresários —, eu o orientei na forma da lei, encaminhando-o e orientando-o naquilo sobre o que eu tinha conhecimento no dia a dia. Essa parceria seria para produzir medicamentos, apenas isso.

Nunca estive com Gadelha, nem com Eduardo Jorge, nem com os funcionários que estão lá, tampouco com qualquer funcionário do Ministério da Saúde. E nunca estive no Ministério da Saúde para tratar desse referido projeto.

No vazamento do qual a mídia se apropria e a que tem acesso, eu digo: *A reunião com Gadelha foi boa, porque me encontrei com o representante oficial da LABOGEN no aeroporto, que me disse que tinha tido uma boa reunião com o Gadelha.*

Portanto, eu nunca estive no Ministério da Saúde para discutir qualquer projeto de interesse da LABOGEN ou de qualquer órgão do Governo.

É claro que, com relação ao avião, eu reconheço: fui imprudente, foi um equívoco. Deveria ter exigido o contrato, deveria tê-lo quitado. Aliás, peço desculpas aqui por ter exposto minha família, o que me machuca nesta hora. Mas, com tranquilidade, eu me apresento aos meus companheiros e companheiras de trabalho, ao lado dos quais eu me orgulho de fazer política no Brasil, apesar das mazelas, do nível de exposição, das interpretações errôneas a que somos submetidos, muitas vezes, por aspectos que não estão regulamentados nas nossas relações, seja com prefeitos, seja com empresários, seja com sindicatos, e das demandas que acontecem, pululam e movimentam nossa Nação. Mas tenho orgulho de fazer política no Brasil.

Tenho porque aqui nós votamos o Programa Minha Casa, Minha Vida, do qual fui Relator e que está viabilizando milhões e milhões de moradias. Aqui nós votamos projetos como o Bolsa Família. Hoje, nós estamos votando uma medida importante, relatada pelo Deputado Eduardo Cunha. E poderia elencar outras tantas que nós votamos.

Por meio do próprio Programa Minha Casa, Minha Vida, que relatei na segunda fase — foi relatado inicialmente pelo Presidente Henrique Eduardo Alves —, nós atendemos milhões de brasileiros, num movimento virtuoso em favor da população brasileira. Mas ali também estavam presentes, é claro, os interesses das construtoras do Brasil, que puderam atuar em conjunto com órgãos públicos nas diversas instâncias e prover 3 milhões e 500 mil moradias. Portanto, compareço aqui com serenidade, com o coração machucado, mas leve. Leve por comparecer perante aqueles com quem eu tenho também igualmente um compromisso. Se é verdade — e é verdade — que 151 mil paranaenses optaram por este Parlamentar para representá-los, e há aqui outros tantos, não com a mesma votação, mas que exercem a representação de forma muito legítima, tranquila, efetiva, é verdade também que este Plenário me respaldou para ser Vice-Presidente da Casa.

Aqui nós coordenamos votações, sempre substituindo o Presidente Henrique Eduardo Alves, especialmente uma, que foi a da criação, ainda dependendo de decisões judiciais, dos Tribunais Regionais Federais do Paraná, de Minas Gerais, da Bahia e também do Amazonas.

Finalizo dizendo que eu reitero que, se equívoco cometi, foi por me fiar numa relação de 20 anos — 20 anos! — com uma pessoa que andava e trabalhava, até então, com tranquilidade na minha cidade, no meu Estado e no País. Fui surpreendido, portanto, com as notícias e as investigações.

Permaneço à disposição. Acredito que não seja a hora. Nós teremos votações e votações, mas estou à inteira disposição dos meus colegas, por entender que, com relação àquilo que está apresentado e qualquer outra coisa, tenho coragem, determinação e, acima de tudo, humildade para reconhecer meus erros, mas também para reafirmar meus compromissos com meu País e também com o meu Estado, o Paraná.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito o **PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB**, partido político com sede no SGAS Quadra 607, Edifício Metrôpolis, Cobertura 02, CEP: 70.200-670, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 03.653.474/0001-20, neste ato representado por seu Presidente Nacional, **AÉCIO NEVES DA CUNHA**, brasileiro, separado judicialmente, economista, Senador da República, com endereço nesta Capital, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 667.289.837-91, portador da Carteira de Identidade de n.º 3.105.792 - SSP/MG, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **AFONSO ASSIS RIBEIRO**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 15.010, **RODOLFO MACHADO MOURA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 14.360 e **GUSTAVO GUILHERME BEZERRA KANFFER**, brasileiro, separado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 20.839, todos com escritório profissional na sede da Outorgante, a quem confere os poderes necessários em direito, inclusive os da cláusula *ad judicium e extra*, para representar o outorgante perante qualquer juízo, instância ou tribunal, seja eleitoral, cível, criminal ou trabalhista, bem como em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, federais, estaduais, municipais, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, Secretaria da Receita Federal, Serasa, SPC e demais empresas de serviços de proteção ao crédito, Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Casamento e Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica do Distrito Federal, Cartório do 1º Ofício de Notas do Distrito Federal, Cartório 3º Ofício de Notas e Protesto de Títulos do Distrito Federal, quaisquer pessoas de direito privado, sociedade de economia mista, empresas públicas ou pessoas físicas em geral, podendo ainda propor ações diretas de inconstitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental, impetrar mandados de segurança, requerer a abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas crimes, desistir, confessar, transigir, receber e dar quitação, propor ou aceitar acordos, firmar compromissos, conciliar, reconhecer a procedência de pedidos, renunciar a direitos, nomear prepostos para representar o outorgante com o fim de prestar declarações e depoimentos pessoais em processos judiciais e administrativos, receber em nome do outorgante citações, intimações e notificações, bem como praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, os poderes que ora lhe são conferidos.

3o. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SGS Qd. 607 - Ed. Metrôpolis, Mod. B, Cob. 02, CEP 70.200-670, Brasília-DF
Autentico esta copia conforme Art. 7.º V,
da Lei 8935/94.
Brasília-DF 18-05-2014
EDVALDO ANANTAS NOBREGA
ESCREVENTE AUTORIZADO
Selo: TJDFT20140090223875RXXV
consultar: www.tjdft.jus.br

Brasília - DF, 28 de maio de 2013

Aécio Neves da Cunha

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
AÉCIO NEVES DA CUNHA

1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA
Qd. 607, Bloco C, Loja 1/3
AUTENTICIDADE
Assinado eletronicamente por:
Aécio Neves da Cunha
CPF: 667.289.837-91
2013, 04 de Junho de 2013 - 11:05:05
UFDF - Consultar selo: www.tjdft.jus.br
MARCELO JOSE MARTINI DA SILVA



PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Diretório Nacional

PROCURAÇÃO

O **Partido Popular Socialista**, partido político sediado no Setor Comercial Sul, Quadra 07, Bloco A, Ed. Executive Tower, salas 826/828, Brasília/DF, com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 29.417.359/0001-40, representado por seu Presidente Nacional, Deputado Federal Roberto João Pereira Freire (PPS/SP), advogado inscrito junto à OAB/PE sob o nº 2.852, nomeia e constitui seu procurador o advogado **JOSÉ REGIS BARROS CAVALCANTI**, inscrito junto à OAB/AL sob o nº 2.412, conferindo-lhe todos os poderes da cláusula *extra judicium*, especialmente para apresentar Representação por quebra de decore parlamentar contra o Deputado Federal André Vargas (PT-PR), junto à Câmara dos Deputados, pela sua Mesa Diretora e quaisquer de suas Comissões e Conselhos, podendo praticar todos os atos que forem necessários para o fiel cumprimento do presente mandato, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Brasília, 7 de abril de 2014.

ROBERTO JOÃO PEREIRA FREIRE
Presidente Nacional do PPS

Partido Popular Socialista - PPS

SCS - Quadra 7 - bloco A - Ed. Executive Tower - Salas 826 e 828 - Pátio Brasil Shopping
CEP: 70307-901 - Brasília-DF FONE: (61) 3218-4123 FAX: (61) 3218-4112
E-mail: pps23@pps.org.br - Visite diariamente nosso site: www.pps.org.br

PROCURAÇÃO

DEMOCRATAS – DEM NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, partido político com registro definitivo no Cartório do 1º Ofício de Pessoas Jurídicas de Brasília sob o nº 00003143 do Livro A-05, em 18/04/2007, nos moldes do art. 10 da Lei 9.096/95, CNPJ 01.633.510/0001-69, com sede no 26º andar do Anexo I do Senado Federal, em Brasília, por seu Presidente, **JOSÉ AGRIPINO MAIA**, brasileiro, casado, Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte, portador do CPF nº 004.413.924-15 e RG nº 768.000 SSP/RN, por este instrumento de procuração constitui os advogados **GUSTAVO KANFFER**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 20.839 e **CARLOS BASTIDE HORBACH**, brasileiro, inscrito na OAB/RS sob o número 41.823 e na OAB/DF sob o nº 19.058, todos sócios integrantes da **MEDEIROS, LISBOA & HORBACH ADVOGADOS**, sociedade civil de advogados inscrita no CNPJ sob o nº 06.074.616/0001-93, estabelecida no SAUS, Quadra 01, Bloco M, Ed. Libertas, Salas 601/602, Brasília/DF, bem como **FELIPE SPERB DE OLIVEIRA FAGUNDES**, inscrito na OAB/RS sob o nº 41E703, com os poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer juízo, instância ou Tribunal, inclusive repartições públicas federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, postular na instância administrativa, usando recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes para tudo requerer e assinar, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos receber citações, notificações, intimações, alvarás judiciais, representá-la em audiência de conciliação e julgamento, agindo os outorgados em conjunto ou separadamente, podendo para tanto, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecer esta a outrem, no todo ou em parte, com ou sem reservas de iguais poderes, **especialmente para propor representação por quebra de decoro parlamentar contra o Deputado Federal André Vargas.**

Brasília/DF, 07 de abril de 2014.


Senador **JOSÉ AGRIPINO MAIA**
Presidente Nacional

Secretaria-Geral da Mesa SFPRN 07/abr/2014 20:53
Folha: 01
Ass.:
Dr. 1991
Sid. Deo. Moraes